

O MODELO DE TI UTILIZADO NA GESTÃO DE CUSTOS NA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

Geraldo de Abreu Júnior
Isabela Rebouças Chaves

Resumo:

Um dos maiores problemas enfrentados pela Prefeitura do Rio de Janeiro na construção dos indicadores de custos é a falta de padronização dos sistemas corporativos. O problema não reside na diversidade tecnológica e sim na falta de integração de forma ordenada com outros sistemas. As prefeituras de um modo geral ainda não se encontram com estruturação suficiente para poder trabalhar melhor com suas informações, pois falta um planejamento que envolva, não somente o processamento das informações, mas principalmente uma gestão do conhecimento que um banco de dados bem organizado pode gerar. Para superar estas dificuldades, a Controladoria Geral do Município do Rio adotou a estratégia de integrar sempre que possível os sistemas corporativos ao sistema contábil e, quando não há uma interface direta entre os sistemas, a extração dos dados, apesar de ocorrer isoladamente, apresenta o mesmo conceito de custos. Desta maneira, os órgãos da Prefeitura do Rio têm seus custos diretos apropriados automaticamente no data warehouse e com esta informação é possível desenvolver os custos dos serviços/produtos prestados pela administração.

Palavras-chave:

Área temática: *Gestão de Custos e Tecnologia da Informação*

O MODELO DE TI UTILIZADO NA GESTÃO DE CUSTOS NA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

Resumo:

Geraldo de Abreu Júnior

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
gdeabreu.cgm@pcrj.rj.gov.br

Isabela Rebouças Chaves

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Um dos maiores problemas enfrentados pela Prefeitura do Rio de Janeiro na construção dos indicadores de custos é a falta de padronização dos sistemas corporativos. O problema não reside na diversidade tecnológica e sim na falta de integração de forma ordenada com outros sistemas. As prefeituras de um modo geral ainda não se encontram com estruturação suficiente para poder trabalhar melhor com suas informações, pois falta um planejamento que envolva, não somente o “processamento das informações”, mas principalmente uma gestão do conhecimento que um banco de dados bem organizado pode gerar. Para superar estas dificuldades, a Controladoria Geral do Município do Rio adotou a estratégia de integrar sempre que possível os sistemas corporativos ao sistema contábil e, quando não há uma interface direta entre os sistemas, a extração dos dados, apesar de ocorrer isoladamente, apresenta o mesmo conceito de custos. Desta maneira, os órgãos da Prefeitura do Rio têm seus custos diretos apropriados automaticamente no data warehouse e com esta informação é possível desenvolver os custos dos serviços/produtos prestados pela administração.

Área Temática: Gestão de Custos e Tecnologia da Informação

O MODELO DE TI UTILIZADO NA GESTÃO DE CUSTOS NA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

APRESENTAÇÃO

Ao constatar a insuficiência das Informações de Custos existentes na Administração Pública, a Controladoria Geral do Município – CGM propôs o desenvolvimento de novas ferramentas de controle interno que permitissem levantar indicadores gerenciais de custos dos serviços prestados pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

A CGM, atualmente, possui um Sistema de Informações Gerenciais – SIG, representa uma importante ferramenta de monitoramento para os gestores. Através dele será possível acompanhar toda a Execução Orçamentária por Órgãos, Funções de Governo, Naturezas de Despesa e Rubricas, por exemplo. Porém, a preocupação com a economicidade, eficácia e eficiência das ações do governo levou a CGM a nutrir e aperfeiçoar este sistema de forma que o mesmo pudesse mensurar os custos dos serviços mais relevantes que a Prefeitura do Rio de Janeiro coloca à disposição dos seus munícipes.

A Contabilidade Pública, ramo da Ciência Contábil aplicado à Administração Pública, está fundamentada na Lei 4320/64 e no Decreto-Lei 200/67 e se presta para atender aos seus dispositivos, mas, seguramente, não consegue identificar o impacto que um investimento hoje realizado causa no custeio. Em decorrência destas questões, formou-se um pequeno grupo de trabalho, que vem estudando o assunto desde 1995, com o intuito de desenvolver um sistema para apuração de custos na área da educação e desenvolvimento social.

Num primeiro momento dos estudos, fez-se um levantamento sobre a literatura existente e foram realizadas visitas em algumas entidades que tinham experiência em sistemas de apuração de custos públicos. Em termos de literaturas, as referências eram vagas ou reportavam à área privada. Quanto as experiências, estas se mostraram diversas, porém, em sua maioria, incipientes ou se tratavam de projetos pilotos que não estavam em fase de produção e por isso, não se mostraram convincentes. Concluímos, então, que o nosso projeto seria novo e inusitado na Administração Pública.

Neste ambiente, depois de apresentar os primeiros resultados em 1996, surge a Lei de Responsabilidade Fiscal, cujos pilares fundamentais são o Planejamento, Controle, Redução de Gastos e Transparência na Gestão Pública. Para que estes princípios fossem alcançados pela Administração Pública, a nova legislação trouxe em seu bojo dispositivos que determinam a criação de um sistema que seja capaz de avaliar a Gestão, tendo como base um sistema de custos. Deve-se ressaltar que a Controladoria já vinha desenvolvendo um sistema que atendesse a todas essas exigências, bem antes de entrar em vigor esta norma legal.

Para detalhar este trabalho pioneiro, faremos um relato da experiência vivenciada pela CGM, especificamente, junto à Secretaria Municipal de Educação, onde será apresentada uma visão de custo de toda área educacional. Cumpre salientar que a base de dados de custos engloba toda a Prefeitura do Rio, exceto o Poder Legislativo e duas Entidades Comlurb (Companhia de Limpeza Urbana) e Previ Rio (Instituto de Previdência do Rio).

1 – Introdução

Ao contrário do setor público, o setor privado tem uma larga experiência com sistemas que apuram os custos de suas atividades/produtos. Na área pública, ainda, não existe metodologia desenvolvida ou disponível no mercado que possibilite um suporte de especialistas, os quais possam ser contratados através de consultoria. Observa-se que grande parte dos administradores públicos está voltada para a dotação orçamentária de sua pasta, por isso estes gestores não percebem, na maioria das vezes, que a base de um bom planejamento orçamentário passa obrigatoriamente pelos indicadores de custos de seus serviços/produtos, pelo menos, no tocante a custeio. Sem esta visão a cultura de custos na Administração Pública é praticamente inexistente. Agora com a edição da Lei Complementar nº 101/00, LRF, o assunto passou a ser uma obrigação legal.

A grande dificuldade encontrada pela equipe de custos foi elaborar um sistema de custos compatível com a linguagem da Contabilidade Pública. Os sistemas corporativos existentes foram concebidos para atender determinadas ações ou programas governamentais de maneira isolada e a flexibilidade dos mesmos está vinculada às necessidades de um grupo de usuários, por conseguinte, não se tem uma padronização para toda Prefeitura. Então a estratégia adotada foi à integração dos grandes sistemas corporativos, respeitando o conceito adotado no Sistema Contábil – FINCON e a codificação institucional das lotações no Sistema de Codificação Institucional – SICI. Sendo assim, o Sistema de Informações Gerenciais – SIG, em fase final de implementação, contempla dados corporativos: Contábil (FINCON), Folha de Pagamento (ERGON, RHUPAG), Codificação Institucional (SICI) e Gêneros Alimentícios (SIGEN).

Há ainda alguns sistemas estanques, que são necessários ao banco de dados do Sistema de Informações Gerenciais – Módulo de Custos, os quais serão analisados futuramente e estarão agregando valor aos Indicadores de Custos, que a partir de agora iremos apresentar.

Cabe ressaltar, que a introdução de um Sistema de Custos no âmbito da Administração Pública representa uma inovação, não somente para atender um dispositivo legal, mas principalmente quanto a introdução de um instrumento de gestão capaz de indicar o nível de desempenho do Governo com relação aos produtos e serviços gerados, às atividades desenvolvidas e aos processos executados que visam o atendimento das diversas demandas da sociedade.

Mas, vamos falar da *nossa* SME.

Os indicadores de custos apresentados no SIG – Módulo de Custos contemplam dados financeiros dos sistemas corporativos citados acima e físicos como número de matrículas, excessos e vagas das unidades escolares, todos extraídos do Sistema de Movimentação da SME. Hoje, possuímos os gastos de todos os setores institucionais da Educação, sendo atualizados e apropriados automaticamente quando uma folha de pagamento (ERGON) é rodada, uma nota fiscal de gênero é faturada (SIGEN), quando as notas fiscais/faturas, na fase da liquidação da despesa, de concessionárias, material permanente, serviços de terceiros e outros são alimentadas no FINCON. Todo este procedimento ocorre de maneira transparente para o usuário de cada um dos sistemas, pois, já houve um processo de integração.

Quanto ao conceito de centro de custos, adotado no Módulo de Custos, o mesmo obedeceu à estrutura organizacional e institucional da Secretaria e a cada nova unidade escolar ou creche criada os dados financeiros alocados a estas

são apropriados no sistema. Um outro ponto importante a ser apreciado pelos dirigentes da Educação é o fato dos indicadores de custos terem como limite de escopo o custo da escola ou creche como o nível mais detalhado. O fato de termos o custo da unidade, custeio por absorção, não significa ser inviável o rastreamento, dentro de cada unidade fim, dos custos das suas principais atividades desenvolvidas.

Destacamos que o presente trabalho deve ser analisado e criticado pelos funcionários da área, a fim de que tais indicadores de custos se transformem numa poderosa ferramenta de trabalho no seu dia-dia. Portanto, este trabalho tem que ser visto como ponto de partida. No momento, os gastos de cada escola quando associados aos dados físicos do aluno matriculado nas salas de aula ou dos atendidos em cada creche permitirão aos gestores responsáveis pelas unidades funcionais classificadas como Centro de Custos Final, tomarem conhecimento dos custos gerados em suas unidades e, com base nestas informações, terem uma ferramenta adicional que possa conduzir sua gestão para uma melhor aplicação dos recursos públicos, primando, assim, pela economicidade, eficácia e eficiência.

A seguir, nas duas próximas seções, temos uma “panorâmica” do sistema de informações gerenciais – módulo de custos da SME, organizados em indicadores físicos e indicadores de custos. O custo per capita do aluno na rede Municipal engloba o Ensino Fundamental e Educação Infantil.

1.1 - Indicadores Físicos da SME

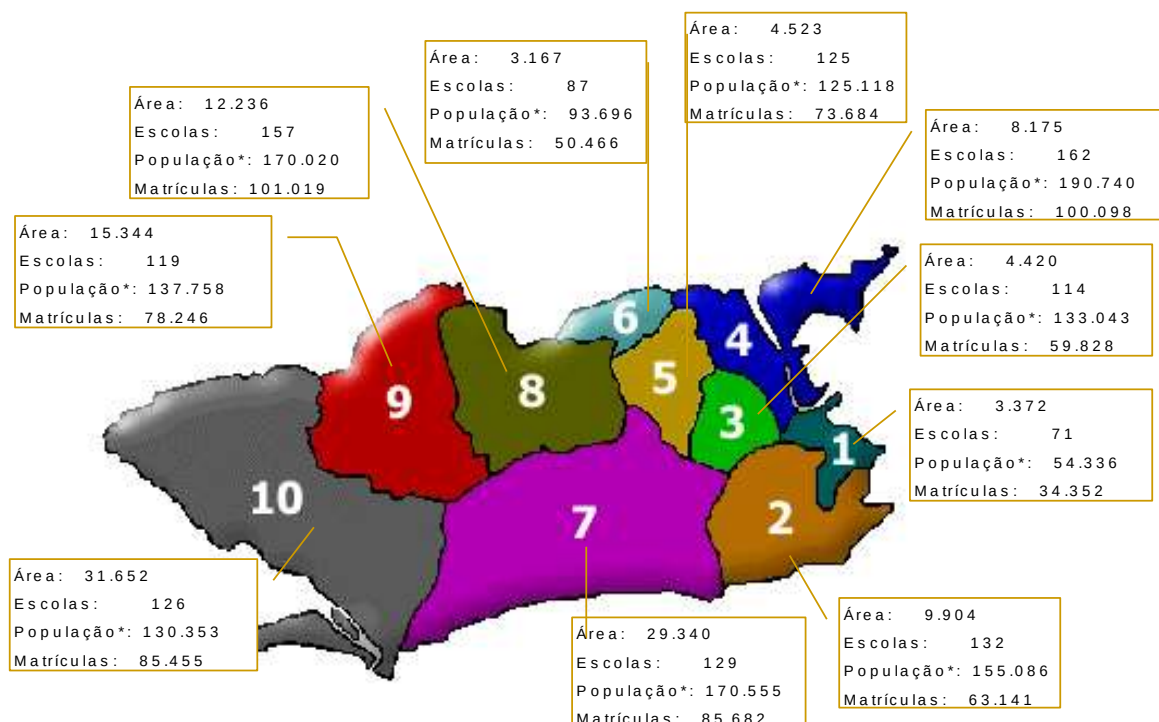


Figura 1 – Divisão geográfica do Rio em Coordenadorias Regionais

- O Mapa acima mostra a divisão da cidade do Rio de Janeiro em 10 Coordenadorias Regionais de Educação e a distribuição de escolas, alunos matriculados e população de 0 a 14 anos por área geográfica.
- A segunda coluna relaciona a oferta de matrículas com a população de 0 a 14 anos da área de atuação da CRE. Esta informação pode ser detalhada por bairro
- Havendo a necessidade do gestor aumentar a oferta de matrículas em uma determinada área, a análise das colunas acima auxilia na opção de se criar novas turmas nas unidades existentes ou na construção de uma nova unidade.

Indicadores Físicos da Secretaria		
Centro de Custo	Área (10.000 m2)/ nº de escolas	População - 0 a 14 anos / nº de matrículas
1a. Coord. Regional de Educação	66,11	1,69
2a. Coord. Regional de Educação	87,65	2,55
3a. Coord. Regional de Educação	43,33	2,17
4a. Coord. Regional de Educação	61,00	1,95
5a. Coord. Regional de Educação	43,91	1,81
6a. Coord. Regional de Educação	41,68	1,88
7a. Coord. Regional de Educação	269,17	2,11
8a. Coord. Regional de Educação	84,38	1,68
9a. Coord. Regional de Educação	150,43	1,90
10a. Coord. Regional de Educação	322,98	1,64
Total	118,23	1,93

1.2 - Gastos Gerais da Secretaria - Ano de 2003

Valores em milhões Reais

Gasto Médio Mensal - Direto + Indireto					
Gênero	Pessoal	Material de Consumo	Serviços de Terceiros	Outras Despesas	Total Despesa *
4,57	54,82	0,41	5,10	0,11	65,01

Valores em milhões de Reais

Gasto Médio Mensal Indireto		Gasto Médio Mensal Direto	
CRE's	Gasto	Escolas	Gasto
1a. Coord. Regional de Educação	0,42	Escolas/CIEPs da 1a. CRE	2,74
2a. Coord. Regional de Educação	0,70	Escolas/CIEPs da 2a. CRE	5,86
3a. Coord. Regional de Educação	0,79	Escolas/CIEPs da 3a. CRE	5,04
4a. Coord. Regional de Educação	1,12	Escolas/CIEPs da 4a. CRE	7,40
5a. Coord. Regional de Educação	1,10	Escolas/CIEPs da 5a. CRE	5,45
6a. Coord. Regional de Educação	0,25	Escolas/CIEPs da 6a. CRE	3,86
7a. Coord. Regional de Educação	1,01	Escolas/CIEPs da 7a. CRE	6,35
8a. Coord. Regional de Educação	0,88	Escolas/CIEPs da 8a. CRE	7,52
9a. Coord. Regional de Educação	0,39	Escolas/CIEPs da 9a. CRE	5,86
10a. Coord. Regional de Educação	0,79	Escolas/CIEPs da 10a. CRE	5,62
Total (A)	7,46	Total (B)	55,69
Órgão Central			
Órgãos Centrais	1,86		
Total (C)	1,86		

- Total Despesa = Total (A) + Total (B) + Total (C)

1.3 - Custo Médio Mensal do aluno (por CRE)

Valores em Reais

Coordenadorias de Educação (CRE's)	Direto	Indireto		CustoTotal
	Escolas (I)	CRE's (II)	Órgão Central (III)	Por aluno (I+ II+III)
1a. Coord. Regional de Educação	79,82	12,13	2,54	94,49
2a. Coord. Regional de Educação	92,83	11,15	2,54	106,52
3a. Coord. Regional de Educação	84,18	13,18	2,54	99,91
4a. Coord. Regional de Educação	73,88	11,20	2,54	87,62
5a. Coord. Regional de Educação	73,98	14,92	2,54	91,44
6a. Coord. Regional de Educação	76,39	5,05	2,54	83,98
7a. Coord. Regional de Educação	74,13	11,82	2,54	88,49
8a. Coord. Regional de Educação	74,43	8,70	2,54	85,67
9a. Coord. Regional de Educação	74,92	4,95	2,54	82,41
10a. Coord. Regional de Educação	65,71	9,28	2,54	77,53
Média CRE's	76,08	10,19	2,54	88,81

2 – Metodologia de Apuração dos Custos da Atividade da Secretaria Municipal de Educação (SME)

2.1 – Finalidades da SME

A Secretaria Municipal de Educação tem como principais finalidades o planejamento e a coordenação de planos, programas, projetos, atividades escolares e creches do Município do Rio de Janeiro.

Como pode ser observado na Figura 1, o Município está subdividido em 10 (dez) Coordenadorias Regionais de Educação – CRE's que são responsáveis não só pela coordenação de planos, programas, projetos, ações e atividades locais, mas também acompanham e supervisionam o desenvolvimento das atividades nas unidades de ensino existentes em sua área de atuação.

As informações de custos estão apresentadas com base na quantidade de alunos matriculados em cada unidade escolar vinculada a uma determinada CRE.

2.2 - Metodologia de Apuração de Custos da Secretaria Municipal de Educação

2.2.1 - *Primeiro Passo: Análise da Estrutura Organizacional da SME*

Na base de dados do Módulo de Custos, existe uma tabela denominada “Centros de Custos” a qual compõe a estrutura de apuração do Módulo de Custos. Nesta tabela, é possível identificar todos os departamentos de uma Entidade/Secretaria e suas respectivas relações de subordinação com as demais unidades administrativas

A partir da Tabela Centros de Custos, pode-se observar que existem, basicamente, 3 (três) níveis hierárquicos de centros de custos, a saber:

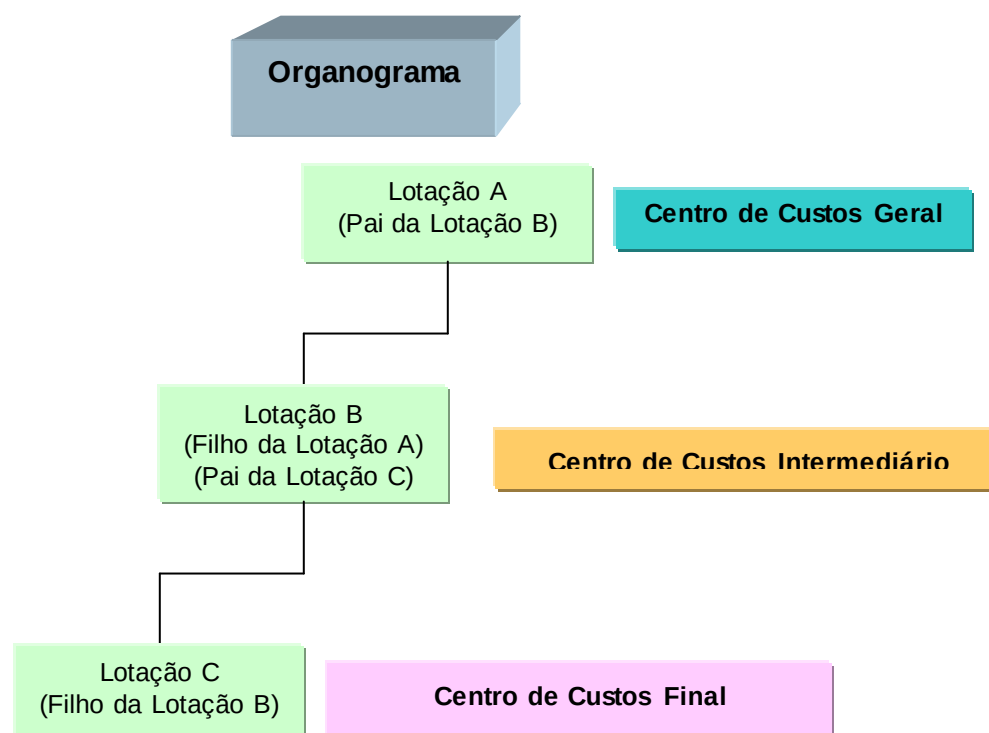


Figura 2 – Níveis Hierárquicos dos Centros de Custos

Os CCF's (Centros de Custos Finais) são unidades que prestam o serviço diretamente aos cidadãos; os CCI's (Centros de Custos Intermediários) são unidades intermediárias de atendimento em um nível acima dos CCF's e são responsáveis pelo seu gerenciamento; e os CCG's (Centros de Custos Gerais) são departamentos que não podem vincular suas atividades a um grupo de departamentos CCF's e estão em um nível acima dos CCI's.

Após o conhecimento das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, foi possível desenvolver a seguinte estrutura de apuração de custos:

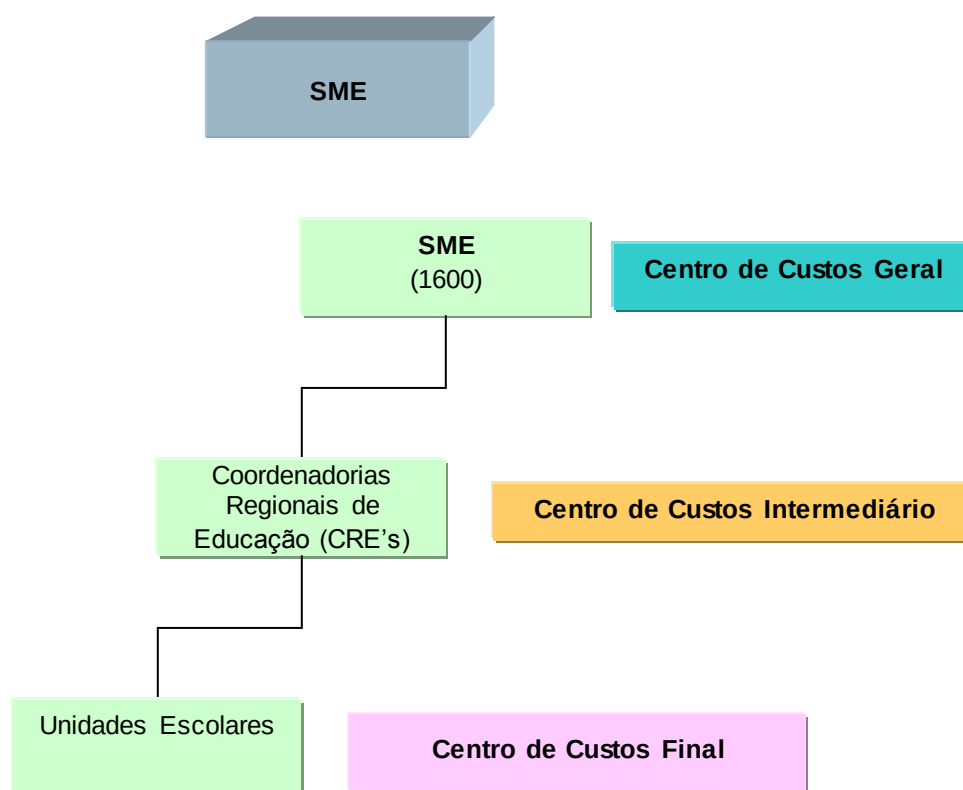


Figura 3 – Estrutura de Apuração de Custos da Secretaria Municipal de Educação

Na SME, cada uma das 1.040 (mil e quarenta) unidades escolares são Centros de Custos Finais; cada Centro de Custo Intermediário é formado por uma Coordenadoria Regional de Educação (CRE) e seus respectivos departamentos de apoio, que são: Departamento Geral de Infra-Estrutura, Departamento Geral de Administração, Departamento Geral de Recursos Humanos e Departamento Geral de Educação; e as demais unidades administrativas, juntas, forma um único centro de custos denominado Centro de Custos Geral, no qual são apropriados os gastos que não podem ser identificados diretamente com atividade fim da SME.

2.2.2 Segundo Passo: Mapeamento da Área de Atuação dos Centros de Custos Geral, Intermediário, e Final

Identificação dos bairros pertencentes a cada Coordenadoria Geral de Educação e, conseqüentemente, suas respectivas regiões administrativas matriculados. Desta forma dos dados podem ser consolidados por bairro.

2.2.3 Terceiro Passo: Consolidação dos Custos da SME nos Centros de Custos Final, Intermediário e Geral

a) Custos Diretos

Uma vez montado o organograma, podemos alocar os custos diretos, cujos valores financeiros por lotação são extraídos dos sistemas corporativos: Contábil (FINCON), Folha de Pagamento (ERGON, RHUPAG), e Gêneros Alimentícios (SISGEN).

b) Gastos Indiretos – Rateio

A ilustração abaixo é uma simplificação do processo de rateio. Nos itens b.1, b.2 e b.3 cada caso será detalhado e exemplificado.

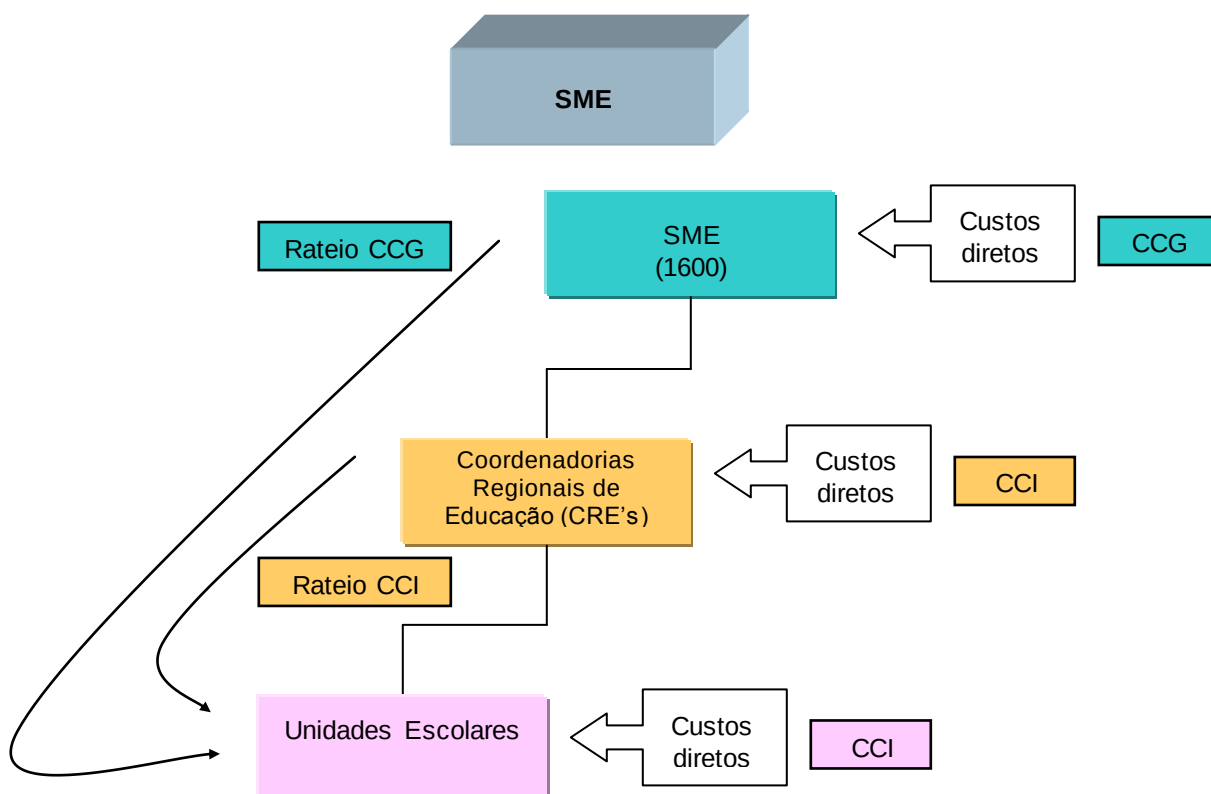


Figura 4 – Processo de Rateio dos Gastos Indiretos do CCG e dos CCI's

b.1) Rateio no Centro de Custo Geral

Valor CCG de cada unidade CCF => Soma de todos os custos do nível CCG divididos pelo número total de alunos dos CCF's.

Exemplo:

Período: Janeiro a Junho de 2003		
Nº de Alunos Matriculados nas Escolas – CCF (A)	Total dos Gastos do CCG (B)	Quocientes (C) = (B)/(A)
731.381	11.153.873,87	15,25

Em seguida, multiplica-se o quociente pelo número de alunos de cada unidade CCF para obter o valor financeiro do CCG a ser apropriado em cada CCF.

Neste exemplo, o valor de R\$ 15,25 refere-se à parcela do total dos gastos dos centros de custos gerais, referentes ao primeiro semestre de 2003, que deve ser apropriada a cada unidade escolar (CCF).

Na Tabela 1, a seguir, são apresentados os dados e seis escolas pertencentes à 1ª Coordenadoria Regional de Educação.

Período: Janeiro a Junho de 2003				
UA	Descrição	Nº de Alunos (A)	Quociente (B)	Valor Alocado do CCG aos CCF'S (A) * (B)
1600	Secretaria Municipal de Educação – 1ª CRE			
10785	E.M. Vicente Licínio Cardoso	1.013	15,25	15.448,98
10786	Ciep Av. dos Desfiles	590	15,25	8.997,93
10787	Ciep José Pedro Varela	1.287	15,25	19.490,43
10788	E.M. Estados Unidos	1.420	15,25	21.656,03
11223	E.M Antônio Raposo Tavares	186	15,25	2.836,63
11224	Classe em Cooperação Darcy Vargas	594	15,25	9.058,93
TOTAL		5.090		77.488,93

Tabela 1 – Valores dos Gastos do CCG apropriados a cada CCF.

b.2) Rateio no Centro de Custo Intermediário

Valor CCI de cada unidade CCF => Soma de todos os custos do nível CCI divididos pelo número total de alunos dos CCF's ligados ao correspondente CCI.

Exemplo:

Período: Janeiro a Junho de 2003		
Nº de Alunos Matriculados nas Escolas – CCF (A)	Total dos Gastos do CCI (B)	Quocientes (C) = (B)/(A)
34.352	2.428.874,16	70,77

Em seguida, multiplica-se o quociente pelo número de alunos de cada CCF para obter o valor financeiro do CCI a ser apropriado em cada unidade escolar.

No exemplo adotado, o valor de R\$ 70,77 refere-se à parcela do total dos gastos dos centros de custos intermediários, referentes ao primeiro semestre de

2003, que deve ser apropriada às unidades escolares (CCF's) vinculadas a seus respectivos CCI's.

Na Tabela 2, a seguir, são apresentados os dados de seis escolas pertencentes à 1ª Coordenadoria Regional de Educação.

Período: Janeiro a Junho de 2003				
UA	Descrição	Nº de Efetivo (A)	Quociente (B)	Valor Alocado do CCI aos CCF's (A) * (B)
1600	Secretaria Municipal de Educação – 1ª CRE			
10785	E.M. Vicente Licínio Cardoso	1.013	70,77	71.688,45
10786	Ciep Av. dos Desfiles	590	70,77	41.753,39
10787	Ciep José Pedro Varela	1.287	70,77	90.442,09
10788	E.M. Estados Unidos	1.420	70,77	100.491,21
11223	E.M Antônio Raposo Tavares	186	70,77	13.162,93
11224	Classe em Cooperação Darcy Vargas	594	70,77	42.036,46
TOTAL		5.090		359.574,53

Tabela 2 - Valores dos Gastos dos CCI's apropriados a cada CCF.

b.3) Cálculo do Custo Per Capita do Aluno por Unidade Escolar

Como pode ser observado na Tabela 3, após o rateio do gastos indiretos, somam-se todos os valores acumulados nos CCF'S (unidades escolares). Calcula-se o custo total de cada CCF e divide-se pelo total de seus alunos, apurando-se o custo per capita do aluno por escola e o custo médio geral para a PCRJ. Na Tabela 3, a seguir, são apresentados os dados de seis escolas pertencentes à 1ª Coordenadoria Regional de Educação.

Período: Janeiro a Junho de 2003							
UA	Descrição	Gastos Indiretos do CCG Alocados aos CCF's (A)	Gastos Indiretos dos CCI's Alocados aos CCF's (B)	Gastos Diretos dos CCF's (C)	Custo Total por CCF (D)= (A+B+C)	Nº de Alunos (E)	Custo do Aluno por CCF (F)=(D)/(E)
10785	E.M. Vicente Licínio Cardoso	15.448,98	71.688,45	502.470,25	589.607,68	1.013	582,04
10786	Ciep Av. dos Desfiles	8.997,93	41.753,39	498.043,30	548.794,62	590	930,16
10787	Ciep José Pedro Varela	19.490,43	90.442,09	761.656,52	871.589,04	1.278	681,99
10788	E.M. Estados Unidos	21.656,03	100.491,21	540.472,71	662.619,41	1.420	466,63
11223	E.M Antônio Raposo Tavares	2.836,63	13.162,93	103.349,40	119.348,97	186	641,66
11224	Classe em Cooperação Darcy Vargas	9.058,93	42.036,46	248.615,51	299.710,91	594	504,56
TOTAL		77.488,93	359.574,53	2.654.607,15	3.091.670,63	5.081	

Tabela 3 – Totalização e Apuração dos Custos Per Capita do Aluno por Escola

2.2.4 Quarto Passo: Relacionamento dos Custos por Unidade Escolar com Dados Físicos da Secretaria Municipal de Educação

Após a apuração dos custos é possível identificar, por exemplo, os seguintes valores:

- Custos diretos e indiretos das escolas, das CRE's e do Órgão Central;
- Custo discriminado por escola e por tipo de gasto;
- Custo total apropriado e per capita do aluno matriculado;
- Custo de Pessoal por Cargo; e
- Custo de gêneros alimentícios por classe de produto.

3 - Indicadores de Custos

A seguir, são apresentados os indicadores de custos da 1ª CRE da Secretaria Municipal de Educação no período de janeiro a dezembro de 2003.

3.1 - Custos Diretos e Indiretos das Escolas, das CRE's e do Órgão Central

O módulo de custos pode apresentar os custos diretos e indiretos, apresentados por escola, totalizados por CRE's e do órgão central. Abaixo vamos apresentar os dados relativos a algumas unidades da Secretaria de Educação.

Unidades Escolares – 1ª CRE	Médias mensais por Centro de Custo *			
	Valores em Reais			
	Final (I)	Intermediário (II)	Geral (III)	TOTAL (I+ II + III)
10785 - Escola Municipal Vicente Licínio Cardoso	85.202,71	12.054,49	2.551,26	99.808,45
10786 - Ciep Avenida dos Desfiles 5a a 8a	84.204,58	6.596,70	1.412,49	92.213,77
10787 - Ciep José Pedro Varela	129.575,48	21.505,22	4.308,88	155.389,57
10788 - Escola Municipal Estados Unidos	93.105,68	16.950,07	3.585,36	113.641,11
11000 - Escola Municipal Luís Carlos da Fonseca	37.040,70	9.390,31	1.575,95	48.006,96
11010 - Escola Municipal Lauro Muller	34.008,25	4.104,07	1.032,29	39.144,61
11020 - Escola Municipal Nações Unidas	76.671,11	11.034,31	2.774,42	90.479,84
11100 - Escola Municipal Ubaldina Dias Jacaré	28.388,93	1.847,80	986,40	31.223,12
11110 - Escola Municipal Rubens de Farias Neves	83.046,22	4.682,14	2.502,85	90.231,20
11120 - Escola Municipal Santa Isabel	29.594,53	2.306,22	1.231,42	33.132,17
11130 - Escola Municipal Beilisário Pena	36.561,29	2.990,94	1.598,40	41.150,63
11141 - Escola Municipal Almirante Frontin	58.185,89	4.150,92	2.216,57	64.553,39
11200 - Escola Municipal Doutor José Antônio Ciraudó	98.451,18	12.993,13	3.499,83	114.944,13
11210 - Escola Municipal Professora Zulmira Telles da Costa	40.265,08	4.888,28	1.314,28	46.467,65

Tabela 4 – Custo das Escolas por Centro de Custos– média mensal

3.2 - Custo Discriminado por Escola e por Tipo de Gasto

Abaixo o gráfico mostra as principais despesas das unidades da 1ª CRE. Esta informação poderia também ser gerada para uma escola.

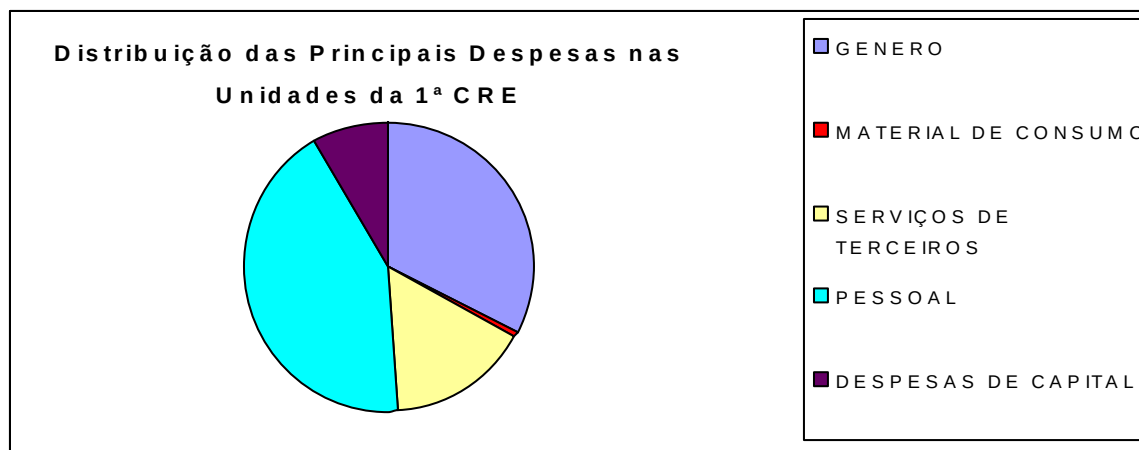


Figura 5 – Distribuição das Principais Despesas nas Unidades da 1ª CRE

3.3 - Custo Total Apropriado e per Capita do Aluno Matriculado

O Módulo de Custos proporciona a possibilidade de apuração do custo per capita do aluno matriculado e, somente as despesas de custeio são considerados para o seu cálculo. As despesas de capital, tais como material permanente e obras e instalações não foram consideradas.

Os dados referentes a algumas unidades da 1ª CRE podem ser visualizados na tabela abaixo:

Unidades Escolares – 1ª CRE	Média Mensal (A) (R\$)	Matrículas (B)	Percapita Mensal (A / B) (R\$)
10785 - Escola Municipal Vicente Licínio Cardoso	99.808,45	994,00	100,41
10786 - Ciep Avenida dos Desfiles 5a a 8a	92.213,77	550,00	167,81
10787 - Ciep José Pedro Varela	155.389,57	1.691,00	91,89
10788 - Escola Municipal Estados Unidos	113.641,11	1.397,00	81,35
11000 - Escola Municipal Luís Carlos da Fonseca	48.006,96	614,00	78,19
11010 - Escola Municipal Lauro Muller	39.144,61	403,00	97,25
11020 - Escola Municipal Nações Unidas	90.479,84	1.082,00	83,66
11100 - Escola Municipal Ubaldina Dias Jacaré	31.223,12	385,00	81,20
11110 - Escola Municipal Rubens de Farias Neves	90.231,20	976,00	92,50
11120 - Escola Municipal Santa Isabel	33.132,17	480,00	69,03
11130 - Escola Municipal Beilísário Pena	41.150,63	623,00	66,05
11141 - Escola Municipal Almirante Frontin	64.553,39	864,00	74,71
11200 - Escola Municipal Doutor José Antônio Ciraudó	114.944,13	1.363,00	84,33
11210 - Escola Municipal Professora Zulmira Telles da Costa	46.467,65	512,00	90,76
11220 - Escola Municipal Professora Sônia Mota Molisani	65.762,68	1.087,00	60,50

Tabela 5 – Custo por aluno nas escolas – média mensal

3.4 – Custo de Pessoal por Cargo

O Módulo de Pessoal possibilita a apuração dos custos de pessoal por cargo totalizados por escola. Abaixo são apresentados os valores mensais dos cargos da Escola Municipal Vicente Licínio Cardoso.

Cargos	Valor(a)	Nº Funcionários (b)	Per Capita (a/b)
141110 - Prof I - Língua Portuguesa - Lic. Plena	7.778,09	6,00	1.296,35
141130 - Prof I - Inglês - Lic. Plena	2.621,12	2,00	1.123,33
141140 - Prof I - Matemática - Lic. Plena	5.346,03	4,00	1.283,05
141150 - Prof I - Ciências - Lic. Plena	4.837,39	3,00	1.612,46
141170 - Prof I - Artes Plásticas - Lic. Plena	1.145,44	1,00	1.145,44
141171 - Prof I - Artes Plásticas - Pós Graduação	1.239,81	1,00	1.239,81
141180 - Prof I - Educação Musical - Lic. Plena	1.314,73	1,00	1.314,73
141190 - Prof I - Educação Física - Lic. Plena	5.428,20	4,00	1.252,66
141191 - Prof I - Educação Física - Pós Graduação	1.051,48	1,00	1.051,48
141200 - Prof I - Geografia - Lic. Plena	5.649,48	4,00	1.412,37
141210 - Prof I - História - Lic. Plena	2.670,55	2,00	1.335,27
141211 - Prof I - História - Pós Graduação	1.048,46	1,00	1.048,46
141611 - Especialista de Educação / Orientador - Lic. Plena	997,72	1,00	997,72
141621 - Especialista de Educação / Sup. Educacional - Lic. Plena	1.023,89	1,00	1.023,89
141800 - Prof II	17.590,49	19,00	942,35
141801 - Prof II - Lic. Curta	2.933,99	2,00	1.600,36
141802 - Prof II - Lic. Plena	13.821,71	10,00	1.454,92
311020 - Agente Auxiliar De Administracao	1.222,24	2,00	611,12
323010 - Datilografo	639,00	1,00	639,00
531060 - Merendeira	2.682,05	5,00	536,41
999020 - Servente	438,91	1,00	438,91
999110 - Inspetor De Alunos	568,60	1,00	568,60

Tabela 6 – Custo do servidor por cargo – média mensal

3.5 – Custo de Gêneros Alimentícios por Classe de Produto

O Módulo de Gêneros Alimentícios fornece custo com alimentação do aluno por escola, por CRE e por classe de produto. Na tabela abaixo, pode-se ver uma amostra dos gastos com alimentação na Escola Municipal Vicente Licínio Cardoso:

PRODUTOS	Média Mensal em R\$
8905 - carnes, aves abatidas e peixes	12.205,98
8910 - ovos e laticínios	1.894,18
8915 - cereais beneficiados, frutas e legumes e hortaliças	10.737,35
8920 - farinhas, flocos e produtos de panificação	631,12
8925 - açúcar e produtos de confeitaria	144,17
8945 - óleos e gorduras comestíveis	327,24
8950 - condimentos e produtos correlatos	646,31
8955 - produtos e preparados solúveis	174,35
Total produtos	26.760,70

Tabela 7 – Custo dos gêneros alimentícios na unidade 10785

4 – Considerações Finais

As variações do custo per capita do aluno em algumas escolas analisadas devem-se aos seguintes fatores:

- O perfil da escola. As escolas especiais apresentam o per capita do aluno mais elevado devido ao número reduzido de alunos por turma;
- Regime de funcionamento. As escolas com regime de funcionamento integral possuem um maior número de funcionários atendendo o mesmo quantitativo de alunos;
- Tamanho das salas de aula menor que o ideal. As escolas apresentam um quantitativo de funcionários atendendo a um número de alunos menor que o adequado.

Referências:

1. IBGE – Censo 2000: Número de habitantes atualizados pela taxa de crescimento/decrécimo por bairro da PCRJ em relação ao censo de 1999
2. Instituto Pereira Passos: Área (em m²) de atuação de cada Coordenadoria de Educação
3. SILVA, Lino Martins. Contabilidade Governamental. - um enfoque administrativo - 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
4. BRASIL. Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.